



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DOUTOR CLÁUDIO TERRÃO DA 1ª CÂMARA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Processo nº: 1.127.167.

Assunto: Resposta aos Ofícios nº 20.610/2023 e nº 20.611/2023 – Secretaria da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

**ESCLARECIMENTOS SOBRE O RELATÓRIO DA
UNIDADE TÉCNICA – PROVAS DOCUMENTAIS –
AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – INEXISTÊNCIA DE
PREJUÍZO AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

EDSON DE SOUZA VILELA e THAIS VASCONCELOS E SOUSA, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus procuradores *in fine* subscritos, apresentar **MANIFESTAÇÃO**, diante dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

01. Essa Egrégia Corte de Contas encaminhou os ofícios de nº 20.610/2023 e nº 20.611/2023 – Secretaria da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), solicitando esclarecimentos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre a representação formulada por Débora Nogueira da Fonseca Almeida, alusiva às **supostas** irregularidades apontadas no relatório da Unidade Técnica e no parecer do Ministério Público junto ao Tribunal.

02. Conforme se verá a seguir, no entanto, não há de se falar em ilegalidade/irregularidade no procedimento licitatório questionado, devendo-se concluir, ao final, *permissa venia*, pela improcedência dos apontamentos.



I – TEMPESTIVIDADE.

03. O ilustre Conselheiro, em despacho (peça 46), determinou a citação do Sr. Edson De Souza Vilela e da Sra. Thais Vasconcelos E Sousa, para que prestassem esclarecimentos sobre a representação em apreço **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**.

04. Em análise dos autos processuais, outrossim, depreende-se a expedição dos ofícios no dia 23 de novembro de 2023 (peças 47 e 48):

<input type="checkbox"/>	48	23/11/2023	OFÍCIO	OFÍCIO Nº 20611/2023-SEC. PRIMEIRA CÂMARA	0.06 MB	DOWNLOAD
<input type="checkbox"/>	47	23/11/2023	OFÍCIO	OFÍCIO Nº 20610/2023-SEC. PRIMEIRA CÂMARA	0.06 MB	DOWNLOAD

05. Ainda, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2023 (peças 49 e 50) foram protocolados os TERMOS DE JUNTADA DE AR, comprovando o recebimento dos ofícios:

<input type="checkbox"/>	50	14/12/2023	JUNTADA DE AR	A. R. DO OFÍCIO N. 20611/2023-SEC. PRIMEIRA CÂMARA	0.57 MB	DOWNLOAD
<input type="checkbox"/>	49	13/12/2023	JUNTADA DE AR	A. R. DO OFÍCIO N. 20610/2023-SEC. PRIMEIRA CÂMARA	0.2 MB	DOWNLOAD

06. Segundo o artigo 168, § 1, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, quando há mais de uma parte na mesma citação, o marco inicial do prazo é a data de juntada do último aviso de recebimento:



Art. 168. Ressalvadas as disposições constitucionais e legais em contrário, na contagem dos prazos processuais em dias previstos neste Regimento e nos demais atos normativos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, computar-se-ão somente os dias úteis, a partir da data:

(...)

§ 1º Quando houver mais de uma parte, o prazo começará a contar da data da última publicação ou da data de juntada aos autos do último



ato de comunicação ou da data que for a mais benéfica para as partes, quando os atos de comunicação se formalizarem por diferentes meios.

07. Constatase que o último TERMO DE JUNTADA DE AR foi disponibilizado no dia 14 de dezembro de 2023 (Peça 50):

<input type="checkbox"/>	50	14/12/2023	JUNTADA DE AR	A. R. DO OFÍCIO N. 20611/2023-SEC. PRIMEIRA CÂMARA	0.57 MB	DOWNLOAD
--------------------------	----	------------	---------------	--	---------	--------------------------

08. Assim, considerando o recesso ocorrido entre os dias 20 de dezembro de 2023 a 20 de janeiro de 2024, pode-se concluir que o prazo se iniciou em 15 de dezembro de 2023 e findará em 06 de fevereiro de 2024.

09. Portanto, uma vez aviada antes do termo final, é a presente manifestação tempestiva.

II – FATOS.

10. Trata-se de Representação formulada pela Sra. Débora Nogueira da Fonseca Almeida, vereadora da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru, em face de supostas irregularidades no Processo Licitatório nº 204/2020, Tomada de Preços nº 12/2020, deflagrado pelo Poder Executivo da referida Municipalidade, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de reforma e ampliação do laboratório municipal, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, bem como no Contrato Administrativo nº 114/2020, firmado com a empresa Alliance Empreendimentos e Projetos Arquitetônicos Ltda., oriundo do mencionado procedimento licitatório.

11. A 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – 1º CFOSE elaborou seu relatório de análise (peça 43), aduzindo ter constatado a presença das seguintes irregularidades:



1. Início de obra antes da aprovação do projeto pelo Núcleo de Vigilância Sanitária - Nuvisa/SRS de Divinópolis, em afronta ao art. 89 da Lei 13.317/99 de 24/09/00, Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. Tal irregularidade foi contra o que foi orientado pela arquiteta Sonia Pedersane Nunes de Castro, signatária do Parecer de Indeferimento da aprovação do projeto arquitetônico de ampliação/reforma do Laboratório Municipal. Tal irregularidade foi de responsabilidade do Prefeito Municipal signatário da ordem de serviço.

2. Não formalização de termo aditivo que foi objeto de pagamento, em afronta aos artigos 60 e 65 da Lei 8.666/1993. Tal irregularidade também foi de responsabilidade do Prefeito Municipal: (sic).

3. Não formalização do termo de recebimento definitivo de obras, em afronta ao art. 73, I, b da Lei 8.666/93. Tal irregularidade foi de responsabilidade do Prefeito Municipal por não ter nomeado comissão ou servidor para realizar tal ato.

12. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em seu parecer do dia 31 de outubro de 2023 (peça 45), requereu a citação do Sr. Edson De Souza Vilela e da Sra. Thais Vasconcelos E Sousa para apresentarem defesa em face dos apontamentos elencados pela Unidade Técnica. Veja-se:



Diante do exposto, requer o Ministério Público de Contas:

a) a citação de Edson de Souza Vilela, subscritor do edital e do contrato, e Thaís Vasconcelos Souza, responsável pelo projeto e fiscal da obra, para apresentarem defesa em face das irregularidades apontadas na análise inicial realizada pela 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (peça 43);

13. Concedendo o pleito do *Parquet*, o Conselheiro Cláudio Terrão determinou a citação dos Manifestantes.

14. Assim, em cumprimento ao despacho exarado pelo Ilustre Conselheiro Relator, acosta-se defesa acerca dos fatos questionados.

III – FUNDAMENTOS.

III.1 – INICIALIZAÇÃO DA OBRA.

15. A 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia asseverou que o Município agiu de maneira irregular, uma vez que a ordem



de início da obra teria sido emitida previamente ao parecer de indeferimento exarado pela Unidade de Saúde de Divinópolis, infringindo, supostamente, o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.

16. *In casu*, a ordem de início da reforma do laboratório municipal foi emitida no dia 24 de setembro de 2020, enquanto o Parecer Técnico de Indeferimento SES/URSDIV-PROAR nº 10/21 foi exarado no dia 12 de janeiro de 2021.

17. Todavia, todas as decisões e, conseqüentemente, punições devem obedecer ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, compreensão esposada em inúmeras ocasiões por esta Colenda Corte de Contas, a título de exemplo a Denúncia de nº 986.506:

Falhas formais, que não acarretaram em prejuízo, são passíveis de recomendação, em conformidade com o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.



DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. MÉRITO. UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS. SERVIÇO PÚBLICO CONTÍNUO. DEMANDA CERTA E PREVISÍVEL. IRREGULARIDADE. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. DISCRICIONARIEDADE. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO. COMPATIBILIDADE. VISITA TÉCNICA REALIZADA POR RESPONSÁVEL TÉCNICO. IRREGULARIDADE. FALHAS FORMAIS NO PROCEDIMENTO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÃO.

(...)

5. Falhas formais, que por si só não ocasionaram prejuízo ao procedimento licitatório, são passíveis de recomendação, à luz dos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade. (Denúncia n. 986.506, Rel. Cons. Subst. Hamilton Coelho, publicação em 11/7/2019).

18. Igualmente o posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU¹:



23. A dosimetria da multa aplicada pelo TCU, **respeitados o princípio da proporcionalidade/razoabilidade** e os limites fixados na Lei 8.443/1992 e no Regimento Interno/TCU, **é orientada, a cada caso, pela gravidade dos ilícitos apurados, valoração das circunstâncias**

¹ TCU; Tribunal de Contas da União; Acórdão nº 113/2023 – Plenário; Relator: Ministro Augusto Nardes; Processo: 002.306/2018-2, Data da Sessão: 01/02/2023.



fáticas e jurídicas, materialidade envolvida, grau de culpabilidade dos responsáveis e isonomia de tratamento com casos análogos (v.g. Acórdão 1882/2021-TCU-Plenário, Relator: Aroldo Cedraz). Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União observa os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na dosimetria da multa. (Grifos).

19. Nesse sentido, cumpre-se, ainda, atentar aos regramentos contidos no artigo 22, caput e § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto-lei nº 4.657/1942). Veja-se:

Art. 22. **Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.**

(...)

§ 2º Na aplicação de sanções, **serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.** (Grifos)

20. Na esteira da jurisprudência e normas supramencionadas, entende-se que, para aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, é imprescindível analisar as condições fáticas prévias da Municipalidade e os efeitos derivados da conduta do Agente Público. Assim, passa-se à uma análise casuística dos eventos ora em discussão.

21. Conforme já detalhado, o objeto do Contrato Administrativo nº 114/2020 era a reforma e ampliação do laboratório municipal, tendo a inicialização das obras ocorrido no dia 24 de setembro de 2020.

22. Ora Excelência, constitui fato notório que, **à época, a pandemia do COVID-19 estava em seu auge**, registrando elevado número de óbitos e colocando extrema pressão em todos os serviços relacionados à área da saúde.

23. Essa conjuntura, motivou a instauração do Processo Licitatório nº 204/2020, Tomada de Preços nº 12/2020, visando aperfeiçoar e aprimorar, com



relevante urgência, os serviços de saúde prestados no Município de Carmo do Cajuru. Sendo, posteriormente, firmado o Contrato Administrativo nº 114/2020, objetivando a conclusão do empreendimento de maneira célere.

24. Ocorre que, em face do aludido parecer de indeferimento, a construção foi paralisada, momento em que, com comunicações constantes entre o Município e o órgão sanitário, foram realizadas as devidas alterações ao projeto, conforme já demonstrado nos autos:

PMCC (Projetos) <projetos@carmodocajuru.mg.gov.br> 17 de fevereiro de 2021 16:57
Para: Flavia Coimbra <flaviacoimbravisa@gmail.com>

Prezada Flávia, boa tarde!


Conforme sugerido, foi trocada a sala de paristologia e urinálise com a sala de esterilização.
A porta também agora está localizada em ambiente restrito.
O acesso a sala de paristologia e urinálise pode ser por fora da sala de análise? Porque a porta já foi instalada onde está no croqui.
A sala de almoxarifado e administração já também já está edificada, é possível mantê-la sem divisória? Caso contrário, a divisória pode ser feita de painel de PVC?

A ARS é Compartilhada com o pronto atendimento, está localizada no projeto completo, como estou enviando o croqui apenas da área do laboratório, ela não apareceu.
O layout geral será apresentado na entrega oficial do projeto.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Thais Ferreira Costa
Engenheira Civil - CREA 201.37/D
Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru
[Texto das mensagens anteriores oculto]

 CROQUI LABORATORIO.pdf
160K

Flavia Coimbra <flaviacoimbravisa@gmail.com> 17 de fevereiro de 2021 17:56
Para: "PMCC (Projetos)" <projetos@carmodocajuru.mg.gov.br>

Boa tarde!

ok, dessa forma dá para ser tolerado, apesar de não ser exatamente o ideal, poderá ser aprovado assim.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Print screen de trocas de e-mail (peça nº 01, pág. 133).

25. Por fim, deve-se pontuar que a reforma do laboratório municipal foi regularmente concluída, inclusive, colaciona-se fotos da inauguração do empreendimento²:

² Anexo 02 – Fotos da Inauguração do Laboratório.



PONTESMATOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Print screen do anexo 02 – Fotos da Inauguração do Laboratório.



Print screen do anexo 02 – Fotos da Inauguração do Laboratório.



Print screen do anexo 02 – Fotos da Inauguração do Laboratório.

26. Assim, sendo evidente que a conduta do Agente Público não acarretou em prejuízo auferível, aliado a colaboração de trabalhos entre o Município e a autoridade sanitária, o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade deve ser contemplado no *decisum* da presente representação.

III.2 – FORMALIZAÇÃO DO TERMO ADITIVO.

27. A Unidade Técnica aduziu que não foi realizada a devida formalização do Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 114/20, em razão disso constatou a presença de suposta afronta aos artigos 60 e 65 da Lei nº 8.666/1993.

28. Ocorre que, como pode ser verificado na peça “23”, páginas 396 a 439, o Município de Carmo do Cajuru juntou aos presentes autos: a requisição do aditivo, memória de cálculo aditivo, parecer jurídico aprovando a medida e, por fim, o Termo de Aditivo do Contrato Administrativo nº 114/20.



29. Com intuito de comprovar os fatos alegados acima, colaciona-se o inteiro teor da “PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR TERMO DE ADITAMENTO CONTRATO Nº 114/2020”, firmada no dia 07 de abril de 2021. Veja-se:



MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU
Estado de Minas Gerais

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR TERMO DE ADITAMENTO
CONTRATO Nº 114/2020

PROCESSO Nº 204/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2020



CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU, pessoa jurídica de direito público interno, com unidade administrativa sediada na Praça 1º de Janeiro, 90, inscrito no CNPJ nº 18.291.377/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Edson de Souza Vilela, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADO: ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS ARQUITETÔNICOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ Nº.30.102.619/0001-79, com sede à Rua Plindorama, nº. 207, Bairro Bom Jesus, em Matozinhos/MG, CEP 35.720-000, neste instrumento representado por seu Representante Legal, denominado simplesmente **CONTRATADO**.

- Considerando a necessidade da Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru em terminar a reforma do laboratório municipal.
- Considerando que a Engenheira responsável a Senhora Thaís Vasconcelos e Sousa CREA/MG 248.210/O, elaborou uma planilha de acréscimo de quantitativo de seu objeto.
- Considerando o Despacho jurídico que acorda os princípios da razoabilidade, eficiência e economia, manifestando restritamente aos aspectos jurídicos - formais e fundamentada na previsão contida no artigo 65, inciso I, alínea “a”, § 1º da Lei Federal n. 8.666/93;

As partes nominadas no preâmbulo desta segundo Termo Aditivo resolvem celebrar o presente instrumento sob REGIME JURÍDICO dos contratos administrativos sujeitando-se os contratantes ao disposto neste instrumento, no contrato, na Lei nº 8.666/93, aos Princípios de Direito Administrativo e, supletivamente, às normas do Direito Civil.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1 - O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo para os itens da planilha para a conclusão da reforma, estabelecidas na planilha anexa, que corresponde a um acréscimo de **R\$ 36.134,94** (trinta e seis mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos) que equivale a **24,94%** (vinte e quatro vírgula noventa e quatro por cento) do valor inicial do contrato.

1.2 - Esta aditivo de acréscimo ocorre em atendimento à solicitação do Engenheiro Civil, bem como planilha orçamentária de custos apresentada.



Print screen do Termo Aditivo (peça 23, página 438).



MUNICÍPIO DE CARMO DO CAJURU
Estado de Minas Gerais



CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1 - É condição de eficácia do presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo a publicação do extrato no Diário Oficial, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

3.2 - Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo.

3.3 - O presente Termo Aditivo é firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

Carmo do Cajuru, 07 de Abril de 2021

EDSON DE SOUZA VILELA

Prefeito do Município de Carmo do Cajuru

ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS
ARQUITETÔNICOS LTDA
CNPJ Nº 30.102.618/0001-78

ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS ARQUITETÔNICOS LTDA
CNPJ Nº 30.102.618/0001-78
Contratada

TESTEMUNHAS:

Samara Sangiari Calçado Reis
CPF: 088.677.876-08

Diego Antônio da Silveira
CPF: 128.283.626-98

Atendimento à Lei das Licitações

Alteração aprovada pela Procuradoria Geral do Município, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Alessandro Eustáquio Brandão Schmitt
OAB/MG nº 85.149
Procurador Geral

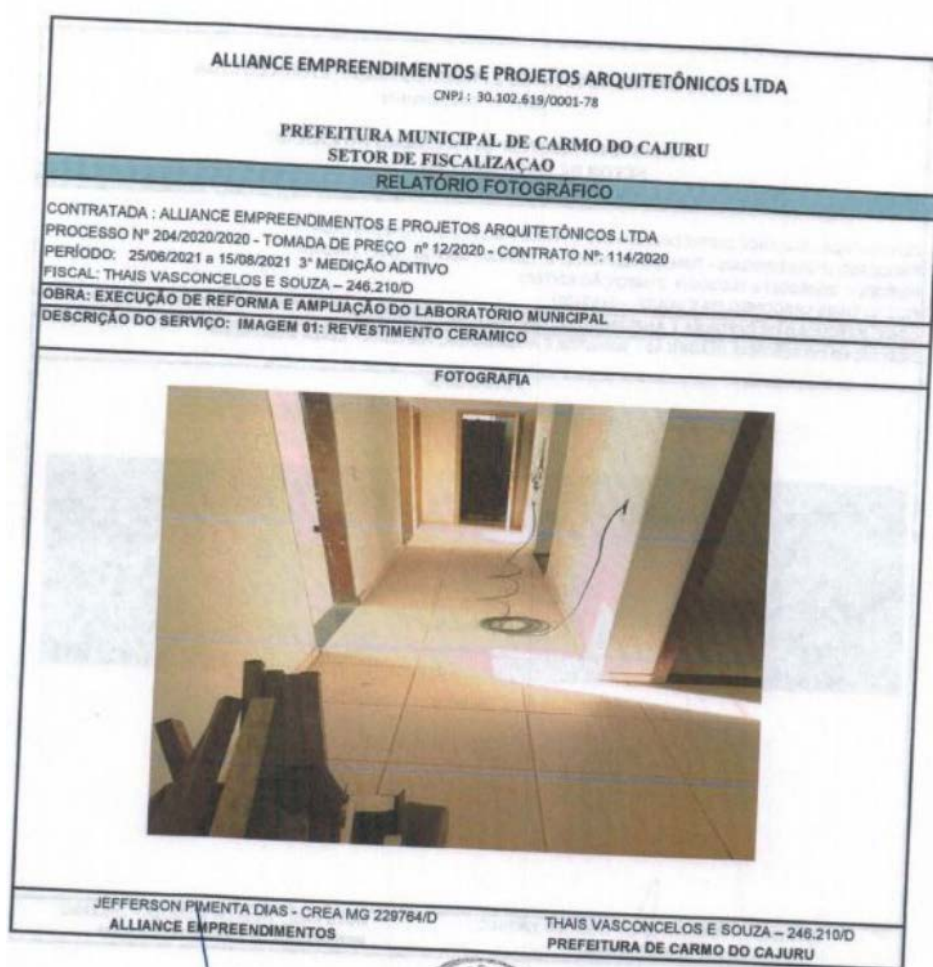
Print screen do Termo Aditivo (peça 23, página 439).

30. Dessa forma, em virtude dos documentos elencados, não há o que se falar em ausência de formalização do Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 114/20, devendo essa irregularidade ser julgada improcedente.



III.3 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.


31. A 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – 1º CFOSE sustentou que o Município cometeu irregularidade, em razão da ausência de apresentação do Termo de Recebimento Definitivo da obra em comento.
32. Inicialmente, para oferecer melhor compreensão e clareza ao tópico em discussão, é preciso delimitar circunstâncias fáticas sobre o caso.
33. Foram carregadas aos autos, além das fotos da inauguração do laboratório municipal, as respectivas notas de liquidação e boletins de medições, que atestam a regular execução do projeto contratado. Nota-se:



Print screen do Anexo 04 (peça 38, página 165).




PONTESMATOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS ARQUITETÔNICOS LTDA CNPJ : 30.102.619/0001-78	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO CAJURU SETOR DE FISCALIZAÇÃO	
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	
CONTRATADA : ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS ARQUITETÔNICOS LTDA PROCESSO Nº 204/2020/2020 - TOMADA DE PREÇO nº 12/2020 - CONTRATO Nº: 114/2020 PERÍODO: 25/06/2021 a 15/08/2021 3ª MEDIÇÃO ADITIVO FISCAL: THAIS VASCONCELOS E SOUZA – 246.210/D	
OBRA: EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: IMAGEM 03: JANELA DE ALUMÍNIO	
FOTOGRAFIA	
	
JEFFERSON PIMENTA DIAS - CREA MG 229764/D ALLIANCE EMPREENDIMENTOS	THAIS VASCONCELOS E SOUZA – 246.210/D PREFEITURA DE CARMO DO CAJURU

Print screen do Anexo 04 (peça 38, página 167).



PONTESMATOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS ARQUITETÔNICOS LTDA CNPJ: 30.102.619/0001-78	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO CAJURU SETOR DE FISCALIZAÇÃO	
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	
CONTRATADA: ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS ARQUITETÔNICOS LTDA PROCESSO Nº 204/2020/2020 - TOMADA DE PREÇO nº 12/2020 - CONTRATO Nº: 114/2020 PERÍODO: 25/06/2021 a 15/08/2021 3ª MEDIÇÃO ADITIVO FISCAL: THAIS VASCONCELOS E SOUZA - 246.210/D	
OBRA: EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: IMAGEM DE TORNEIRA CROMADA DE MESA	
FOTOGRAFIA	
	
JEFFERSON PIMENTA DIAS - CREA MG 229764/D ALLIANCE EMPREENDIMENTOS	THAIS VASCONCELOS E SOUZA - 246.210/D PREFEITURA DE CARMO DO CAJURU

Print screen do Anexo 04 (peça 38, página 170).

17/09/2021 14:38

NFS-e - Nota Fiscal de Serviços eletrônica

NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Nº: 2021/23

Emitida em: 17/09/2021 às 14:34:58

Competência: 17/09/2021

Código de Verificação: 507ac4c4

ALLIANCE EMPREENDIMENTOS E PROJETOS ARQUITETONICOS LTDA
CPF/CNPJ: 30.102.619/0001-78

Inscrição Municipal: 1289306/001-5

RUA HENRIQUE HORTA, 201, LOJA 4, Planalto - Cep: 31720-400
Belo Horizonte MG

Telefone: Email:

Tomador do(s) Serviço(s)
CPF/CNPJ: 18.291.377/0001-02
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO CAJURU
Pc 1 de Janeiro, 9, centro - Cep: 35557-000
Carmo Do Cajuru MG
Telefone: Não Informado

Inscrição Municipal: Não Informado
MG
Email: Não Informado



PONTESMATOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Discriminação do(s) Serviço(s)
OBRA: EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL - BOLETIM DE MEDIÇÃO DO TERMO ADITIVO
MEDICAO Nº 301/2021 - Data de em: 15/08/2021 - Período de validação: 25/06/2021 a 15/08/2021
CND de obra: R\$ 004.0067/75 Reforma e ampliação do Laboratório Municipal

Código de Tributação do Município (CTISS)
0702-0/02-88 / Construção de edificações comerciais de qualquer tipo

Subitem Lista de Serviços LC 118/03 / Descrição:
7.02 / Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, canteiragem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).


Cod/Município da incidência do ISSQN:
3114204 / Carmo Do Cajuru


Natureza da Operação:
Tributação fora do município


Regime Especial de Tributação: ME ou EPP do Simples Nacional

Valor dos serviços:	R\$ 6.930,60	Valor dos serviços:	R\$ 6.930,60
(-) Descontos:	R\$ 0,00	(-) Deduções:	R\$ 0,00
(-) Retenções Federais:	R\$ 0,00	(-) Desconto incondicionado:	R\$ 0,00
(-) ISS Retido na Fonte:	R\$ 219,01	(=) Base de Cálculo:	R\$ 6.930,60
Valor Líquido:	R\$ 6.711,59	(x) Alíquota:	3,16%
		(=) Valor do ISS:	R\$ 219,01

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional. Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

 Prefeitura de Belo Horizonte - Secretaria Municipal de Fazenda
Rua Espírito Santo, 605 - 3º andar - Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG.
Dívidas: SIGESP



 Página nº 190

Declaramos que o material aqui anexado constante deste documento foi recebido em condições satisfatórias para o serviço público.

Basso - MG 246 210/D
Assinatura _____ CI - Matrícula _____
Assinatura _____ CI - Matrícula _____
Data do Recebimento: ____/____/____

Print screen do Anexo 04 (peça 38, página 175).

34. Em sequência, após o último boletim de medição realizado pela Municipalidade, foi lavrado o Termo de Recebimento Provisório no dia 22 de outubro de 2021. Veja-se:

Aos 22 dias de outubro de 2021 recebemos, em caráter provisório, a obra de Execução de Reforma e Ampliação do Laboratório Municipal, no município de Carmo do Cajuru-MG, objeto do contrato 114/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru e a empresa Alliance Empreendimentos e Projetos Arquitetônicos LTDA. Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando-se concluída, expediu-se o presente TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO. Segue, em anexo, o Relatório da Vistoria para Recebimento Provisório da Obra.

Print screen do Anexo 06 (peça 40, página 170).



35. Dessa forma, é possível atestar o regular e efetivo cumprimento do serviço contratado, não tendo ocorrido prejuízo na ausência de formalização de Termo de Recebimento Definitivo.

36. Tal posicionamento se encontra em consonância com a 2ª Coordenadoria De Fiscalização De Obras E Serviços De Engenharia – 2ª CFOSE, que em seu relatório de análise, nos autos da Denúncia nº 1.095.031, afirmou que documentos como boletins de medição e notas de liquidação são provas suficientes para evidenciar a devida execução do objeto. Observe-se:

Às peças 43 a 49 do SGAP, foram anexados os documentos referentes à execução contratual, onde constou as notas de empenho; notas fiscais; boletins de medição com a identificação do empreendimento a que se referem, e cópias dos projetos executados pela contratada. Porém, não foi apresentado o Termo de Recebimento Provisório/Definitivo, o qual atestaria o pleno atendimento ao objeto contratado.

Embora diante da ausência desse termo, pode-se afirmar que os elementos disponibilizados pela Administração Municipal foram suficientes para demonstrar, documentalmente, a execução do objeto pactuado.

Print screen do Relatório de Análise da 2ª CFOSE (peça 75, página 06).

37. Assim, observadas todas as provas e argumentos oferecidos, o presente apontamento de irregularidade deve ser julgado improcedente, uma vez que restou demonstrado a total execução do objeto pactuado e a inexistência de prejuízo ao procedimento licitatório em apreço.

IV – PEDIDO.

38. Diante do exposto, em decorrência dos argumentos apresentados, requer sejam os referidos apontamentos julgados improcedentes, tendo em vista a ausência de irregularidades e de prejuízo ao procedimento licitatório, uma



PONTESMATOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

vez que o laboratório em questão está em funcionamento regular, sendo evidente que os Manifestantes cumpriram adequadamente suas funções e deveres.

39. Pugna-se, também, pelo recebimento do instrumento de representação anexo, contendo dados da Sra. Thais Vasconcelos E Sousa.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024.



Aéliton Matos
OAB/MG 176.397



Caroline A. Freitas Maciel Pereira
OAB/MG 183.202



Yago Perroux de Castro
OAB/MG 228.420



PONTESMATOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ÍNDICE

ANEXO 01 – INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO.

ANEXO 02 – FOTOS DA INAUGURAÇÃO DO LABORATÓRIO.